

## **A MATEMÁTICA NA REVISTA EDUCAÇÃO, VOLUME VI, PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1932**

Aparecida Rodrigues Silva Duarte  
Universidade Anhanguera de São Paulo  
aparecida.duarte6@gmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho discorre sobre conceitos e metodologias de ensino de matemática no primário, presentes em artigos no sexto volume da Revista Educação, publicada no Estado de São Paulo em 1932. Pretende-se conhecer o modo como conteúdos matemáticos foram tratados pelos autores e quais as práticas de ensino sugeridas aos professores primários, no referido periódico. Para tanto, fundamenta-se em Nóvoa que defende a importância da imprensa pedagógica para estudos históricos da Educação. A referida revista fez circular recomendações e métodos sobre a prática pedagógica, enaltecendo a manipulação de materiais concretos para o ensino da matemática.

**Palavras-chave:** Revista pedagógica; ensino primário; ensino da matemática.

### **APRESENTAÇÃO**

“Educação” é o nome de uma revista publicada pela Diretoria Geral do Ensino de São Paulo. A Revista Educação, uma iniciativa da Diretoria Geral de Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, inaugurou suas publicações em outubro de 1927 no estado de São Paulo e as finalizou em 1930. Em outubro de 1930, a revista passou a ser denominada por “Escola Nova”, sendo organizada e dirigida por Lourenço Filho, então Diretor Geral de Instrução Pública. A partir de agosto de 1931, foi novamente intitulada “Educação” até 1932, quando teve seu último número publicado.

Seus autores procuraram dar a conhecer aos seus leitores suas posições, defendendo-as como as mais adequadas para aquele momento político, em que Getúlio Vargas nomeia Francisco Campos como ministro da Educação e Saúde e entra em vigor a Reforma Campos (1931). A imprensa paulista, a princípio, aprovou o novo governo, percebendo-o como um

[...] exorcismo do passado – associado ao poder oligárquico, à fraude, à imoralidade, à força, à tirania, ao atraso e à mentalidade bacharelesca – e um momento de inflexão para a mentalidade moderna, caracterizada pelo saber científico, pelo progresso e pela ordem (VIDAL, 2013, p.583).

Entretanto, passado esse primeiro momento, os liberais paulistas passaram a divergir do Governo Vargas, alegando que “o novo regime baseava-se em experiências importadas da Europa, não adaptadas à tradição do país e ao espírito do povo”. Essas

divergências culminaram com a Revolução de 1932, que defendia a autonomia do Estado de São Paulo, ameaçada novo governo (VIDAL, 2013, p.584).

Em sua última fase, compreendida entre 1931 a 1932, a Revista Educação publicou dezessete números, em oito volumes, tendo periodicidade bimestral, com exceção dos volumes cinco e seis, publicados trimestralmente. Nesse último período foi dirigida por Lourenço Filho (até novembro de 1931), Sud Menucci (até maio de 1932) e João Toledo (até outubro de 1932). A revista Educação teve seu último número publicado em dezembro de 1932 (MELLO, 2007).

Conforme constatação de Mello, “em Educação (1931-1932) não há um projeto editorial pensado por um único grupo de intelectuais, pelo motivo das mudanças e trocas ocorridas na administração da Diretoria Geral do Ensino, envolvendo Lourenço Filho, Sud Mennucci e João Toledo” (2007, p.145).

A revista Educação publicou artigos que discutiam variados temas sobre educação, desde metodologias de ensino, legislação escolar, problemas educacionais, programas, conteúdos de ensino, psicologia, higiene, esportes, comunicados aos professores, notícias de jornais, entre outros.

Utilizava recursos iconográficos como fotografias, tabelas, figuras geométricas na maior parte em branco e preto. Dessa forma, a revista é uma fonte para estudos históricos sobre a cultura escolar, pois possibilita analisar normas e finalidades que regem a escola, suas práticas e funcionamento interno. A definição de cultura escolar que subsidia este estudo é aquele cunhado por Julia (2001):

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (p. 10-11).

Considera-se assim que as revistas pedagógicas são importantes recursos para a divulgação, estabelecimento ou modificação de saberes e práticas escolares, assumindo relevante papel de motivadora do debate das ideias pedagógicas. Como enfatiza Nóvoa, é “o melhor meio para aprender a multiplicidade do campo educativo”, pois permitem ao historiador diversas possibilidades de estabelecer relações entre o conjunto de prescrições ou recomendações legais e as práticas de sala de aula. Essa constatação justifica a propensão dos historiadores da Educação de recorrer à consulta dessas publicações

periódicas, considerando-as como “espaço de afirmação de correntes de ação e de pensamento educacional” (NÓVOA, 1993, p. XXXII).

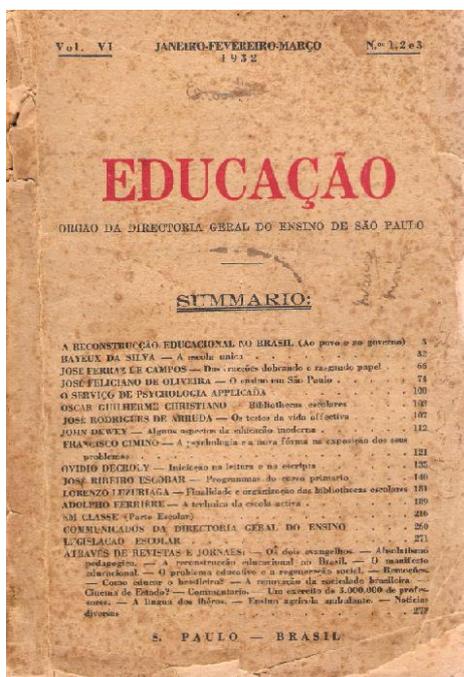
Dessa forma, analisar artigos sobre matemática publicados na Revista Educação, no primeiro trimestre de 1932, pode contribuir para a compreensão dos mecanismos dos processos de ensino e de aprendizagem da disciplina matemática naquele período.

### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REVISTA EDUCAÇÃO**

Este artigo discorre sobre a matemática do ensino primário publicada no exemplar de 1932, volume seis, trimestre janeiro, fevereiro e março.

A capa do volume seis da Revista Educação, de dimensões 23 cm x 16 cm, traz, sob um fundo amarelo, o nome da revista, centralizado, em letras maiúsculas e na cor vermelha. Logo abaixo do título, aparece o nome da instituição idealizadora. Na parte superior, à esquerda, informa o número do volume; no centro, os meses janeiro, fevereiro e março e o ano da publicação, no caso 1932; à direita os números 1, 2 e 3. Ao centro, após o título, tem-se o sumário, onde constam os nomes dos autores, título dos artigos e paginação. Indica ainda as seções: “Em classe (parte escolar)”; “Comunicados da Diretoria Geral do Ensino”; “Legislação escolar” e “Através de revistas e jornais”. Finalizando, na parte inferior, a capa informa o local “S. PAULO – BRASIL”.

**Figura 1 – Capa da Revista Educação**



**Fonte:** Revista Educação, 1932, vol.VI

O verso da capa informa que o referido volume era vendido por 2\$000 o exemplar avulso e por 20\$000 para os leitores que a assinavam anualmente. Ainda, que seus

redatores solicitavam aos seus assinantes comunicar à redação, o mais breve possível, mudança de endereço, para evitar o desvio da correspondência.

Informa ainda que:

Procurando cumprir o programma, **Educação** espera merecer o apoio efficaz de todos os professores. É facultado aos mesmos collaborar na Revista desde que submettam os seus trabalhos ao juízo da Comissão de Redacção.

Para melhor attender aos seus fins, a Redacção receberá consultas sobre questões referentes ao ensino, bibliographia pedagogica, revistas congeneres do paiz e do estrangeiro, fornecendo aos srs. assignantes as informações que solicitarem neste sentido. Taes consultas serão absolutamente gratuitas [Grifo do redação] (EDUCAÇÃO, contracapa, s/p).

Esses esclarecimentos levam a assinatura da Diretoria Geral do Ensino, situada, naquela ocasião, na Praça João Mendes, na cidade de São Paulo.

O Volume VI foi impresso pela Typographia Siqueira, na rua Líbero Badaró, 14 C, na cidade de São Paulo, conforme informação contida na folha de rosto. Contendo 306 páginas, contou com treze artigos e quatro seções, escritos a uma coluna, com exceção daquela denominada “Através de revistas e jornaes” impressos em duas colunas.

A seção “Em classe” era destinada à prática de ensino e nesse volume discute assuntos de matemática, lições de coisas, um centro de interesse referente à alimentação. Na seção “Comunicados” traz informações sobre os vencimentos dos professores, classes tresdobradas, festas, e ampliação do corpo de assistentes técnicos. Quanto à seção denominada “Legislação escolar”, apresenta a transcrição do Decreto n. 5475, que regulamenta a Delegacia Geral de Ensino Privado; o Decreto n. 5476, que dispõe sobre a duração das aulas, regime de férias e comemoração do “Dia do Brasil” e o Decreto n. 5473, que fixa a remuneração do substituto de professor do ensino primário; todos datados de 14 de abril de 1932. A seção “Através de revistas e jornaes” contém artigos veiculados em jornais e revistas da época, sobre educação.

Esse periódico contou com a colaboração de Bayex da Silva, José Ferraz de Campos, José Feliciano de Oliveira, Oscar Guilherme Christiano, José Rodrigues de Arruda, Francisco Cimino, José Ribeiro Escobar, Lorenzo Luzuriaga, John Dewey, Ovidio Decroly e Adolpho Ferrière.

Há que se destacar, ainda, que o texto que inaugura esse volume intitula-se “A reconstrucção educacional no Brasil: ao povo e ao governo” conhecido como o “Manifesto dos pioneiros”. Essa carta foi publicada simultaneamente em vários jornais no dia 19 de março de 1932. Notadamente, no O Estado de S. Paulo, até porque Julio de Mesquita Filho, proprietário desse jornal, foi signatário da carta e no Diário de Notícias, no Rio de Janeiro, a pedido de Cecília Meireles, também signatária (VIDAL, 2013).

Segundo Vidal (2013), o início do século XX foi a época em que eclodiram diversas ações educacionais promovidas pelo Estado e pela sociedade civil. O Manifesto mostrou-se como documento importante para a compreensão do debate educativo nacional, pois possibilitou aos historiadores acompanhar os modos como o sistema educacional foi se organizando, incluindo a discussão sobre a educação pública, laica, gratuita e obrigatória, de modo que “foi representante de um grupo de intelectuais que abraçava um mesmo projeto de nação, ainda que com divergências internas” (VIDAL, 2013, p. 584).

A Escola Nova tornou-se símbolo de renovação do sistema educacional pelo Manifesto e por seus signatários. Ansiava por romper com práticas sociais, educacionais e políticas que lhe haviam antecedido, de modo que abraçava novas propostas pedagógicas como centros de interesse e métodos de projeto, as quais se relacionasse com a participação ativa da criança na construção do conhecimento e ao seu interesse experiência (VIDAL, 2013).

#### **DAS FRAÇÕES, DOBRANDO E RASGANDO PAPEL**

“Das frações, dobrando e rasgando papel” é o título dado por José Ferraz de Campos, que assina o terceiro artigo publicado no primeiro trimestre da Revista Educação de 1932. Ao nosso ver, é sintomática a epígrafe que segue o título: “O problema como ponto de partida, o raciocínio como único meio, a solução, a generalização e a regra como fins”. Ferraz de Campos, sem oferecer a identidade do autor da epígrafe, oferece, entretanto, indícios do que poderia representar o ideário do escolanovismo para o ensino de matemática. Com efeito, essa epígrafe nos remete aos dizeres de Valente, ao procurar responder à seguinte questão: Como o ideário da Escola Nova é utilizado para reconstruir os ensinamentos de matemática na escola primária?

Buscando os periódicos pedagógicos, que fizeram circular a nova pedagogia entre os professores, é possível responder a esta questão. Notar-se-á que, para o ensino de matemática surge fortemente a concepção que ele deverá ser realizado através da resolução de problemas. E esses problemas são considerados como situações da vida real do aluno. Eles, os problemas, farão a ligação do ensino com a vida, com a nova filosofia orientadora da escola ativa (VALENTE, 2012, p. 1424).

Primeiramente, Ferraz de Campos procurou justificar a pretensão de publicar um texto sobre o ensino das frações, por constatar que esse assunto sempre foi mal ensinado no curso preliminar, dado de forma inadequada, abstrata e fora do alcance do entendimento das crianças. Como consequência, os alunos acabavam por decorar as regras das operações com frações e os professores exigindo deles apenas o trabalho de memorização. Para evitar essas dificuldades, o autor aconselha um novo método, baseado no ensino de materiais concretos:

---

Oferecendo á classe, como centro de interesse, a solução de um problema adequado á finalidade imediata, baseamos o estudo no prazer que sempre sentem as crianças quando lhes proporcionamos ensejo de aplicar a própria atividade e atenção em um trabalho manual de seu agrado. E é assim que, dobrando e rasgando papel, dividindo, de um modo pratico, educativo e constante a unidade, em um determinado número de partes iguais, conforme o caso, levaremos o educando, da consecução de uma habilidade especializada nessas divisões, á realização objetiva das quantidades fracionarias em jogo; do cotejo e da comparação raciocinada dessas quantidades, á resolução concreta dos problemas; do habito de assim proceder e julgar, á aquisição dessa faculdade rara, íntima e sub-conciente de avaliação, desse “senso de grandezas”, apanágio exclusivo da experiência pessoal, de uma auto-educação que o ensino verbalista jamais poderia produzir (FERRAZ DE CAMPOS, 1932, p.67-68).

Como se observa, o referido autor propôs um ensino de frações baseado em atividades práticas, concretas, tendo como ponto de partida um problema que se pretende que as crianças resolvam. Para o autor, um trabalho prático e objetivo, como a manipulação de materiais concretos, da distribuição e agrupamento desses materiais, da inferência e da dedução intuitiva das leis fundamentais, pode-se fazer com que as crianças entendam as operações com frações.

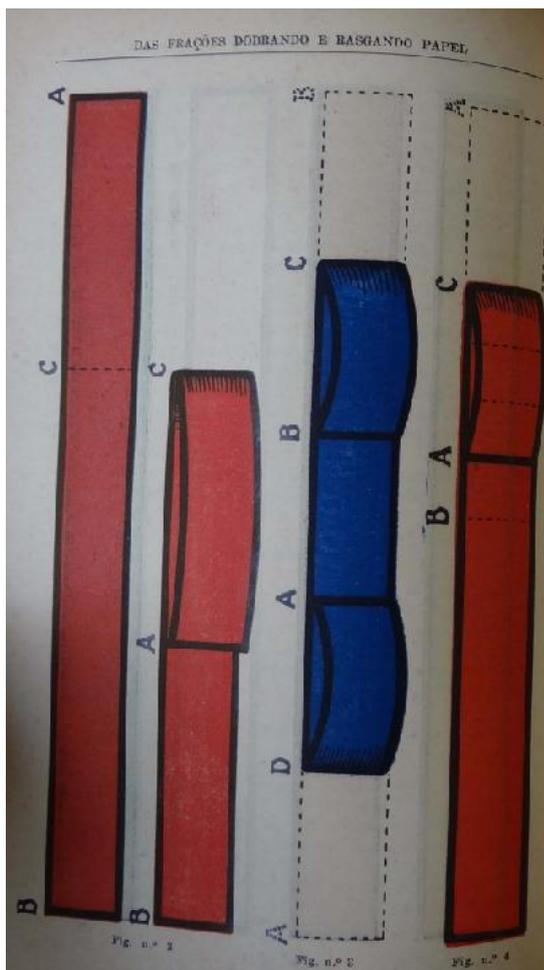
Ferraz de Campos passou então a descrever o material necessário para realizar uma atividade sobre como ensinar a divisão de frações. Para cada aluno faz-se necessário três ou quatro tiras de papel de cores diferentes, contrastantes e de mesma dimensão, além de papel, lápis e cola (goma arábica ou cera). A Revista mostra uma figura que exhibe quatro tiras de papel de mesmo tamanho e de diferentes cores que toma toda a página 69.

Nesse artigo, o autor elaborou um tópico que intitulou “Divisão de modo educativo” em que afirmou que raramente havia encontrado quem dividisse de modo racional e educativo uma tira de papel em partes iguais. Sendo assim, sugeriu, para divisão de uma tira em partes iguais, previamente assinalar o meio do papel com um ponto feito à lápis, para em seguida, dobrar o papel juntando os extremos. Segundo o autor, as crianças sentir-se-ão alegres e estimuladas ao verificar a exatidão do processo. Para divisão em três partes iguais, sugeriu que se dobrasse a tira por um dos extremos. de modo que a ponta A se interponha equidistante à outra ponta B e à dobra C. Depois de avaliar as distâncias BA e AC, faz-se o vinco em C, determinando “um terço” do todo. Do mesmo modo, para a divisão de 4, 6 ou 8 partes iguais basta encontrar a metade de  $\frac{1}{2}$ ,  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{1}{4}$  da unidade.

Para a divisão em 5 partes iguais, deve-se dobrar o papel pelos extremos, de modo que a distância entre A e B seja igual às proporções dobradas AD e BC. Enfatizou que esse procedimento é mais fácil quando se faz a dobradura contra a luz, posto que a fita se torna mais clara devido à transparência. Para dividir uma tira de papel em sete partes iguais, primeiramente é necessário determinar o meio da tira (B). em seguida dobra-se a ponta A

até A', calculando cuidadosamente as distâncias, de modo que BA' é  $\frac{1}{3}$  de A'C. O dobro de BA' é a extensão procurada. A divisão da tira de papel em três, cinco e sete partes iguais é mostrada na página 70 da Revista, para que o leitor possa acompanhar a explicação do autor, uma vez que é por meio da figura que se tem ideia de onde se localizam os pontos citados no texto.

**Figura 2** – Divisão de uma tira de papel em três, cinco e sete partes iguais



**Fonte:** Revista Educação, 1932, vol.VI,p.70

Sob o título “Lições gostosas”, Ferraz de Campos passou a indicar a ordem e o modo de apresentação das atividades de dobradura. Assim, para as primeiras lições, consideradas pelo autor como preparatórias, o professor deve distribuir entre os alunos doces. E exemplifica:

Um doce de leite, por dois alunos:  $\frac{1}{2}$ , e depois cada um deles dividirá a porção recebida, ainda com outro coleguinha:  $\frac{1}{4}$ .

Uma taboa de chocolate entre 3 alunos:  $\frac{1}{3}$ , depois, cada um destes com mais um:  $\frac{1}{6}$  ou dois colegas:  $\frac{1}{9}$ . (FERRAZ DE CAMPOS, 1932, p. 72).

O autor confessa, também, que nunca pode compreender uma sala de aula que não possuísse uma balança e uma coleção de pesos. Então sugere que após a atividade

preliminar o professor solicitasse aos seus alunos pesar os doces que tinham em mãos. Após esses procedimentos, o professor dialogaria com seus alunos, ministrando suas aulas de modo “natural e concreto, sugestivo e gostoso” as primeiras noções sobre “a denominação e a representação numérica das partes da unidade; o valor e a significação dos termos de cada fração; os pedaços necessários à reconstituição do inteiro; a apreciação dos restos nas divisões não exatas” (FERRAZ DE CAMPOS, 1932, p. 73).

Ferraz de Campos finaliza seu artigo afirmando ser indispensável dar continuidade ao assunto sobre operação com frações, utilizando material concreto, no caso, tiras de papel, dando a entender que o assunto será retomado em ocasião oportuna.

### **EM CLASSE: DO FATO À IDEIA**

A seção denominada “Em Classe” dedicou-se, das páginas 216 à 224 a discorrer como o professor deve trabalhar o conceito de número. Não indicou quem eram os autores do texto apresentado.

Iniciou pelo tópico denominado “O número 6”, destinado ao 1º grau do ensino primário. Verifica-se que se trata de assunto que dá continuidade a um texto publicado anteriormente, posto que iniciou com a seguinte frase: “Como nos exercícios anteriores, formaremos o novo número ajuntando 1 ao número imediatamente inferior e já estudado” (EM CLASSE, 1932, p. 216).

Recomendava ao professor pedir ao aluno que levantassem cinco dedos e depois mais um. Em seguida, o professor deveria escrever no quadro o número 6. Imediatamente após, o texto traz exemplos e problemas orais, do tipo, contar objetos de um em um até seis; mostrar seis carteiras e dizer o nome dos seis alunos ocupantes, etc. Tratou também da decomposição do número 6, sempre dando exemplos de como o professor deveria proceder:

Tirem os alunos da sacola 6 tórnos ou 6 botões. Façam dous montes iguaes:

$$6 = 3 + 3$$

$$= \text{dous } 3 \text{ ou } 2 \text{ vezes } 3$$

$$= 2 \times 3$$

(familiarizar os alumnos como o sinal X)

Dizer que 6 é o dobro de 3. (EM CLASSE, 1932, p. 216).

Depois de outros exemplos, todos fazendo uso de objetos fáceis de serem obtidos, tais como livros, esse tópico finaliza com a exemplificação de um “Trabalho gráfico”, que consistia em: traçar uma linha e dividi-la em 6 partes iguais, sem qualquer instrumento; escrever os números de 1 a 6 e de 6 a 1; desenhar 6 objetos, dentre outras atividades, que finalizava com um exercício de completar operações, tais como:

$$1 + 5 = \dots; 2 + 4 = \dots; 3 + 1 + 2 = \dots; 4 + \dots = 6, \text{ dentre outros.}$$

O próximo tópico apresentado no “Em Classe” dizia respeito ao número 7 e segue os mesmos padrões daqueles descritos em relação ao número 6. Uma das questões sugeridas traz como título “As goiabas”: “*Paulo*: Eu tinha 7 goiabas. Comi uma. Fiquei com 6. – *Luiz*: Eu tinha 6 goiabas. Comi uma. Fiquei com .... E assim por diante até o 0” [Grifos do autor] (EM CLASSE, 1932, p. 217).

O “Trabalho gráfico” referente ao número 7, do mesmo modo que ocorre com o número 6, termina com a sugestão de completar operações, indicando que somente a última atividade proposta trabalha o número sem a utilização de materiais concretos.

Para o 2º Grau, o “Em Classe”, sob o título “Os números de 51 a 100” trazia sugestões de como trabalhar com esses números, sem qualquer menção a teorias pedagógicas, do mesmo modo como todos os outros tópicos tratados nessa seção. A princípio, atividades de contagem e agrupamento, utilizando objetos do dia a dia da criança. Em seguida, apresenta problemas orais. Traz também um tópico sobre “Cálculo mental” em que apresenta problemas como: “78 goiabas e uma dúzia de goiabas são .... goiabas. Faltam .... para um cento”. Finalizou apresentando problemas como o que segue: “Comprei 2 tapetes. Paguei 50\$ pelo primeiro e, pelo segundo, 20\$ a menos. Quanto gastei ao todo?” (EM CLASSE, 1932, p. 219).

Os números decimais foi assunto a ser tratado no 3º grau e o “Em Classe” apresentou exemplos de problemas e atividades sobre esse tema denominado “Números decimais: décimos, centésimos e millesimos”. As subdivisões eram as mesmas adotadas para o 2º Grau, trazendo exemplos de problemas utilizando materiais concretos, uma parte destinada ao “Cálculo mental”, outra, final, para os problemas envolvendo números decimais. Para os problemas, pela primeira vez, foram dadas as respostas. Exemplificando: “ Para a construção de uma estrada de ferro, abre-se um tunnel, que deve ter 4.600m. de comprimento. Já se perfurou um trecho de 1.256m. numa extremidade e um de 859m. na outra. Quanto resta a perfurar? 2.485m.” (EM CLASSE, 1932, p. 217).

Sob o título “A multiplicação (cálculo mental) o “Em Classe” trouxe exemplos de atividades e problemas que deveriam ser tratados no 4º grau do ensino primário. Recomendava, para tanto:

1. DOBRAR, QUADRUPPLICAR (dobrando-o duas vezes) um número de dous algarismos, a seguir um numero de três algarismos.
  2. TRIPLICAR um número de dous algarismos. (Póde-se triplicar um numero ajuntoando-o ao seu dobro).
  3. QUINTUPLICAR um numero (tomar 10 vezes a metade de um numero).
- Ex.:  $86 \times 5 = 10$  vezes  $43 = 430$ . (EM CLASSE, 1932, p. 222).

Depois de diversos exemplos, passou-se ao tópico intitulado “Cálculo rápido”, sugerindo, primeiramente, que o professor evitasse palavras supérfluas, usando cálculos simplificados para favorecer a operação da multiplicação mentalmente tanto quanto possível. O último tópico, denominado “Problemas”, apresentou dois problemas, contendo suas respectivas respostas. Eis um deles: “Dous meninos partem á mesma hora de duas povoações diferentes. O primeiro faz 80m. por minuto e o segundo, 60m. Vêm em direcção um do outro e encontram-se após  $\frac{3}{4}$  de hora. Achar em kilometros a distancia das duas povoações. 6 Km. 300” . (EM CLASSE, 1932, p. 224).

O que se observa, a partir dos tópicos presentes no “Em Classe” é que na medida em que os graus de ensino vão aumentando, as recomendações de uso de exemplos do dia a dia dos alunos, o uso de materiais concretos em sala de aula vai se escasseando, culminando no 4º grau, com exceção da parte dedicada aos problemas já não se notam exemplos utilizando materiais concretos para auxiliar os alunos na compreensão do assunto tratado.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pretensão de contribuir para os estudos históricos em Educação Matemática, empreendemos um estudo sobre o ensino de matemática do primário presente no volume seis, primeiro trimestre de 1932 da Revista Educação. Ao que tudo indica, os autores que tratam da Aritmética nesse fascículo da revista, esforçam-se para acompanhar as ideias pedagógicas em ascensão naquela época, de caráter escolanovistas. Procuram destacar o papel da criança no processo de ensino e de aprendizagem, apresentando exemplos, propondo problemas, roteiros de aulas, em que o material concreto deveria preceder a linguagem escrita, enfatizando o desenvolvimento da linguagem oral e o cálculo mental.

#### REFERÊNCIAS

EM CLASSE, 1932. São Paulo. In: **Revista Educação**. São Paulo: Typografia Siqueira, 1932, p. 1-306.

FERRAZ DE CAMPOS, José. Das fracções dobrando e rasgando papel. In: **Revista Educação**. São Paulo: Typografia Siqueira, 1932, p. 66-73.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9-43, Jan./Jun. 2001.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **A alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (1927-1943)**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em < [www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/.../mellomco\\_dr\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/.../mellomco_dr_mar.pdf)>. Acesso em 05 fev. 2015.

NÓVOA, A. A Imprensa de Educação e ensino: concepções e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). In: **Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação**. São Paulo, SP: Escrituras, 2002.

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

---

REVISTA EDUCAÇÃO. São Paulo: Typografia Siqueira, 1932, p. 1-306.

VALENTE, Wagner Rodrigues. O que é número? Produção, circulação e apropriação da Matemática Moderna para crianças. In: **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 26, n. 44, p. 1417-1441, dez. 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/bolema/v26n44/14.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2015.